

FAQ – Direitos dos Titulares de Dados Pessoais

1. Quais são os meus direitos como titular de dados pessoais?

Como titular, você possui direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), incluindo: acesso aos seus dados, correção de informações incompletas ou desatualizadas, anonimização ou eliminação de dados desnecessários, portabilidade, informação sobre compartilhamentos realizados, revogação de consentimento e a possibilidade de solicitar revisão de decisões automatizadas, quando aplicável.

2. Posso solicitar informações sobre quais dados o Instituto ADECON possui sobre mim?

Sim. Você tem direito de saber se o Instituto realiza tratamento de seus dados pessoais e, em caso positivo, pode solicitar acesso ao conteúdo dessas informações e às finalidades para as quais são utilizadas.

3. Tenho direito de corrigir meus dados caso estejam incorretos?

Sim. Sempre que identificar dados incompletos, inexatos ou desatualizados, você pode solicitar a correção ou atualização.

4. Posso pedir a eliminação dos meus dados pessoais?

Sim, desde que não exista obrigação legal ou regulatória que exija sua manutenção. Caso aplicável, o Instituto realizará a anonimização, bloqueio ou eliminação dos dados conforme a LGPD.

5. O Instituto ADECON compartilha meus dados com terceiros?

O compartilhamento ocorre apenas quando necessário para o cumprimento de obrigações legais, execução de atividades institucionais ou prestação de serviços contratados, sempre em conformidade com a LGPD. Você pode solicitar informações sobre essas operações a qualquer momento.

6. Como posso exercer meus direitos?

Você pode enviar sua solicitação diretamente ao canal oficial da **Encarregada de Dados** pelo e-mail:

✉ dpo@institutoadecon.org.br

7. O que acontece após eu enviar minha solicitação?

A Encarregada de Dados analisará o pedido, poderá solicitar informações adicionais para confirmação de identidade e responderá dentro dos prazos previstos em lei, assegurando transparência, segurança e confidencialidade.

8. Existe algum custo para exercer meus direitos?

Não. O exercício dos direitos garantidos pela LGPD é gratuito.